Karl Polanyi

A subsistência do homem

e ensaios correlatos

ORGANIZAÇÃO

Kari Polanyi Levitt

INTRODUÇÃO

Michele Cangiani

TRADUÇÃO

Vera Ribeiro

CONTRAPONTO

I. A subsistência do homem

A falácia economicista

Os esforços da nossa geração para chegar a uma visão mais realista do problema geral da subsistência do homem deparam com um portentoso obstáculo — um hábito de pensamento arraigado, peculiar às condições de vida no tipo de economia que o século XIX criou nas sociedades industrializadas. Esse modo de pensar é personificado na mentalidade de mercado.

Pretendemos assinalar, em caráter preliminar, as falácias que essa mentalidade tornou correntes e, secundariamente, expor algumas razões por que essas falácias influenciaram de maneira tão disseminada o pensamento das pessoas.

Primeiro definiremos a natureza desse anacronismo conceitual, depois descreveremos o desenvolvimento institucional de onde ele brotou e trataremos da sua influência em nossa visão moral e filosófica. Levantaremos os reflexos dessa atitude mental nas áreas de conhecimento que compõem as ciências sociais, como a teoria econômica, a história econômica, a antropologia, a sociologia, a psicologia e a epistemologia.

Tal levantamento não deverá deixar dúvidas sobre o impacto do pensamento economicista em quase todos os aspectos das questões que enfrentamos, em especial no que diz respeito à natureza das instituições econômicas, com suas políticas e princípios, tal como elas se revelaram nas maneiras de organizar os meios de subsistência no passado.

Quase nunca é pertinente resumir a ilusão central de uma era em termos de um erro lógico, mas, em termos conceituais, é impossível descrever de outra maneira a falácia economicista. O erro lógico foi algo comum e inofensivo: um fenômeno genérico foi considerado idêntico a outro, já familiar. Nesses termos, o erro consistiu em igualar a economia humana em geral com sua forma de mercado (erro talvez facilitado pela ambiguidade básica do

termo *econômico*, à qual voltaremos adiante). A falácia é evidente: o aspecto físico das necessidades do homem faz parte da condição humana; não pode existir sociedade que não possua algum tipo de economia substantiva. Por outro lado, o mecanismo de oferta-procura-preço (que chamamos mercado, em linguagem popular) é uma instituição relativamente moderna e possui uma estrutura específica; não é fácil estabelecê-la nem mantê-la em funcionamento. Reduzir o âmbito do *econômico* especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana. Em contrapartida, ampliar o conceito de mercado para fazê-lo abarcar todos os fenômenos econômicos é atribuir a todas as questões econômicas as características peculiares que acompanham um fenômeno específico. É inevitável que a clareza de pensamento fique prejudicada.

Os pensadores realistas explicitaram a distinção entre a economia em geral e suas formas de mercado; foi em vão, pois essa distinção sempre foi obliterada pelo clima intelectual [*Zeitgeist*] economicista. Esses pensadores enfatizaram o significado substantivo do termo *econômico*. Identificaram a economia com a indústria, não com os negócios; com a tecnologia, não com o cerimonialismo; com os meios de produção, não com os títulos de propriedade; com o capital produtivo, não com as finanças; com os bens de capital, não com o capital — em suma, com a substância econômica, não com sua forma e terminologia de mercado. Mas as circunstâncias foram mais fortes que a lógica. Forças históricas esmagadoras entraram em ação para fundir esses conceitos díspares num só.

A economia e o mercado

O conceito de economia nasceu com os fisiocratas franceses, simultaneamente à emergência da instituição do mercado como mecanismo de oferta-procura-preço. O fenômeno, até então desconhecido, da interdependência de preços flutuantes afetou diretamente multidões de homens. Esse nascente mundo dos preços

resultou da expansão do comércio — instituição muito mais antiga que os mercados e independente deles — nas articulações da vida cotidiana.

Os preços, é claro, existiam antes, mas não constituíam um sistema próprio. Restringiam-se ao comércio e às finanças, pois apenas mercadores e banqueiros usavam dinheiro regularmente; uma parte muito maior da economia era rural e praticamente desprovida de comércio, que só trazia um fino gotejamento de bens na vasta massa inerte da vida de vizinhança, no senhorio feudal e na família. Os mercados urbanos conheciam dinheiro e preços, mas a lógica de manejo desses preços era mantê-los estáveis. Não a flutuação ocasional, mas a estabilidade predominante fazia deles um fator cada vez mais importante para determinar os lucros do comércio. Tais lucros decorriam de diferenciais de preço relativamente estáveis entre pontos distantes, não de oscilações anômalas dos preços em mercados locais.

Contudo, a mera infiltração do comércio na vida cotidiana não criou por si mesma uma economia, no sentido novo e distintivo do termo; para isso, foram necessários inúmeros desenvolvimentos institucionais posteriores. O primeiro deles foi a penetração do comércio exterior nos mercados, transformando-os gradativamente de mercados locais estritamente controlados em mercados com uma flutuação mais ou menos livre dos preços. Com o tempo, seguiu-se uma inovação revolucionária: mercados com preços flutuantes para os fatores de produção, o trabalho e a terra. Essa mudança foi a mais radical de todas, por sua natureza e sua importância. Só depois de algum tempo diferentes preços — incluindo-se agora salários, alimentos e rendas — começaram a mostrar uma interdependência digna de nota, criando as condições que levaram os homens a aceitar a presença de uma realidade substantiva até então não reconhecida. Esse campo emergente da experiência foi a economia. Sua descoberta — uma das experiências emocionais e intelectuais que formaram o mundo moderno — veio para os fisiocratas como uma iluminação, fazendo deles uma seita filosófica.

Adam Smith conheceu com eles a “mão invisível”, mas não seguiu o caminho místico de Quesnay. Enquanto o mestre francês só vislumbrou a interdependência de certas receitas e sua dependência geral em relação aos preços dos cereais, seu discípulo maior, que vivia na economia menos feudal e mais monetizada da Inglaterra, pôde incluir os salários e a renda no grupo dos “preços”, vislumbrando pela primeira vez a riqueza das nações como resultante de uma integração das diversas manifestações de um sistema subjacente de mercados. Adam Smith tornou-se o fundador da economia política por ter reconhecido, ainda que de forma tênue, a tendência para a interdependência desses diferentes tipos de preços, quando eles eram formados em mercados competitivos.

Na origem, essa explicitação da economia em termos do mercado foi apenas uma forma sensata de relacionar novos conceitos e novos fatos. Para nós, talvez seja difícil entender por que foram necessárias gerações para que se reconhecesse que Quesnay e Smith haviam descoberto fenômenos essencialmente independentes da instituição do mercado que se manifestava na época. Mas nem Quesnay nem Smith almejavam estabelecer a economia como uma esfera da existência social que transcende o mercado, o dinheiro ou os preços — e, na medida em que tentaram fazê-lo, falharam. Eles visavam menos à universalidade da economia e mais à especificidade do mercado. Aliás, a tradicional unidade de todos os assuntos humanos, que ainda impregnava seu pensamento, tornava-os avessos à ideia de uma esfera econômica separada da sociedade, embora não os impedisse de atribuir à economia as características do mercado. Adam Smith introduziu métodos empresariais nas cavernas do homem primitivo, estendendo sua famosa propensão ao comércio e à troca até os jardins do Paraíso. A abordagem da economia por Quesnay foi não menos catalítica.* A sua era uma economia do *produit net* [produto líquido],

* Aportuguesamento de *catallactics*. Refere-se ao ramo da economia que trata do intercâmbio. [N.T.]

uma quantidade realista na contabilidade do senhor de terras, porém um mero fantasma no processo que se estabelece entre homem e natureza, do qual a economia é um aspecto. O suposto “excedente”, cuja criação ele atribuiu ao solo e às forças da natureza, não passou de uma transferência, para a “ordem da natureza”, da disparidade que se espera encontrar entre o preço de venda e o custo. A agricultura ocupou o centro do palco porque estava em questão a renda da classe feudal dominante. Mas, desde então, a ideia do excedente passou a frequentar os escritos dos economistas clássicos. O *produit net* foi o pai da mais-valia de Marx e seus derivados. Assim, a economia foi impregnada de uma noção estranha ao processo geral de que faz parte, um processo que não conhece custo nem lucro e não é uma cadeia de atos geradores de excedentes; tampouco as forças fisiológicas e psicológicas são movidas pela ânsia de assegurar um excedente para si mesmas. Nem os lírios do campo nem os pássaros no ar, tampouco os homens nos pastos, campos ou fábricas — criando gado, cultivando a terra ou montando peças em uma esteira rolante — produzem excedente a partir de sua própria existência. O trabalho, assim como o lazer e o repouso, é uma fase no transcurso da vida do homem. O constructo da ideia de excedente foi, simplesmente, a projeção do modelo de mercado sobre um aspecto mais amplo da existência — a economia.¹

No início, a identificação falaciosa dos “fenômenos econômicos” com os “fenômenos de mercado” foi compreensível. Mais tarde ela se tornou quase uma necessidade prática da nova sociedade e do estilo de vida que nasceram das dores da Revolução Industrial. O mecanismo de oferta-procura-preço, cujo aparecimento produziu o conceito profético de “lei econômica”, converteu-se rapidamente numa das forças mais poderosas que já entraram no cenário humano. Em uma geração — digamos, de 1815 a 1845,

¹ Ver Harry W. Pearson, “The Economy Has No Surplus: Critique of a Theory of Development”, em K. Polanyi, C. Arensberg e H. Pearson (orgs.), *Trade and Market in the Early Empires*. Glencoe, Illinois: Free Press e Falcon’s Wing Press, 1957.

durante a “Paz de Trinta Anos” de Harriet Martineau —, o mercado formador de preços, que antes existira apenas em amostras, em alguns portos comerciais e poucas bolsas de valores, mostrou sua espantosa capacidade de organizar os seres humanos como se fossem simples quantidades de matéria-prima e de combiná-los — junto com a superfície da mãe-terra, que agora podia ser livremente comercializada — em unidades industriais comandadas por pessoas privadas, que se dedicavam sobretudo a compra e venda com fins lucrativos. Num período extremamente curto, a ficção mercantil aplicada ao trabalho e à terra transformou a sociedade humana. A identificação da economia com o mercado foi *colocada em prática*. A dependência essencial do ser humano em relação à natureza e a seus semelhantes, para obter meios de subsistência, foi posta sob o controle dessa moderna criação institucional de poder superlativo, o mercado, que se desenvolveu da noite para o dia a partir de um começo modesto. Essa engenhoca institucional, que se tornou a força dominante da economia — agora justificadamente descrita como *economia de mercado* —, originou um fenômeno ainda mais extremo: uma sociedade inteira inserida no mecanismo de sua própria economia — *a sociedade de mercado*.

Desse ponto de vista, não é difícil discernir que aquilo que chamamos aqui de falácia economicista foi, antes de tudo, um erro teórico. Na prática, a economia passou a consistir em mercados, e o mercado envolveu a sociedade.

Por esta linha de argumentação, fica claro que a importância da visão economicista residiu precisamente em sua capacidade de gerar uma unidade de motivações e valorações que criariam na prática o que ela preconcebria como um ideal, a saber, a identidade entre mercado e sociedade. Só quando um estilo de vida passa a cobrir todos os aspectos relevantes, incluindo-se imagens sobre o homem e a natureza da sociedade — com uma filosofia da vida cotidiana que contém critérios de conduta sensata, riscos razoáveis e uma moral viável —, passamos a ter esse compêndio de

doutrinas teóricas e práticas que conseguem produzir uma sociedade, ou, o que dá no mesmo, transformar uma sociedade durante o tempo de vida de uma ou duas gerações. Essa transformação foi alcançada, para o bem ou para o mal, pelos pioneiros do economicismo. A mentalidade mercantil continha as sementes de toda uma cultura, com suas possibilidades e limitações. A imagem do homem e da sociedade, transformada em economia de mercado, foi uma decorrência necessária da estrutura essencial de uma comunidade humana organizada pelo mercado.

A transformação economicista

Essa estrutura representou uma ruptura violenta com as condições que a precederam. O que antes era apenas uma ligeira expansão de mercados isolados transmutou-se num *sistema* autorregulado de mercado.

O passo crucial foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, *como se* tivessem sido produzidos para venda. É claro que eles não eram mercadorias de fato, pois ou não haviam sido produzidos (como a terra) ou, se haviam (como o trabalho), não visavam à venda.

Nunca se concebeu uma ficção mais eficaz. Como o trabalho e a terra passaram a ser livremente comprados e vendidos, o mecanismo de mercado os absorveu. Passou a existir oferta e procura de trabalho, assim como oferta e procura de terra. Passou a existir um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda. O trabalho e a terra passaram a ser oferecidos em mercados próprios, semelhantes aos das mercadorias propriamente ditas, que eles produziam.

O verdadeiro alcance desse passo pode ser estimado se lembrarmos que trabalho é apenas outro nome para o ser humano, e terra, outro nome para a natureza. A ficção mercantil pôs o destino do ser humano e da natureza nas mãos de um autômato que operava em seus próprios circuitos e era regido por suas próprias

leis. Esse instrumento do bem-estar material era controlado tão somente pelos incentivos da fome e dos ganhos — para ser mais exato, pelo medo de carecer das necessidades da vida e pela expectativa de lucro. Desde que os despossuídos pudessem satisfazer a necessidade de alimentos vendendo seu trabalho no mercado, e desde que os proprietários pudessem comprar por preços mais baratos e vender mais caro, o moinho cego produzia cada vez mais mercadorias em benefício da espécie humana. O medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento.

A imposição dessa prática utilitarista deturpou fatalmente a compreensão que o homem ocidental tinha de si mesmo e de sua sociedade.

No que concerne ao *homem*, fomos levados a aceitar a ideia de que suas motivações podem ser descritas como “materiais” ou “ideais”, mas os incentivos sobre os quais se organiza a vida cotidiana brotam necessariamente das motivações materiais. É fácil perceber que, nessas condições, o mundo humano devia realmente parecer determinado por motivações materiais. Sempre que destacarmos uma motivação qualquer e organizarmos a produção de modo a fazer dessa motivação o incentivo do indivíduo *para produzir*, criaremos uma imagem do homem como totalmente absorvido nessa motivação. Ela pode ser religiosa, política ou estética, pode ser movida por orgulho, preconceito, amor ou inveja; em cada caso, o homem parecerá essencialmente religioso, político, estético, orgulhoso, preconceituoso, apaixonado ou invejoso. As outras motivações, em contraste, parecerão distantes e obscuras — ideais —, já que não se pode confiar em que impulsionem a atividade vital da produção. A motivação selecionada representará o homem “real”.

Na verdade, os seres humanos trabalham por muitas razões, desde que vivam em um grupo social definido. Os monges comerciavam por razões religiosas, e os mosteiros tornaram-se os maiores estabelecimentos comerciais da Europa. O *kula* dos nativos das

ilhas Trobriand, um dos mais intrincados sistemas de trocas que o ser humano já conheceu, é sobretudo uma busca estética. A economia feudal dependia largamente dos costumes e da tradição. Entre os kwakiutl, o objetivo principal da indústria parece ser satisfazer uma questão de honra. No despotismo mercantilista, a indústria era concebida para servir ao poder e à glória. Por conseguinte, tendemos a pensar que os monges, os habitantes da Melanésia ocidental, os vassalos, os kwakiutl ou os homens de Estado do século XVII eram conduzidos, respectivamente, pela religião, a estética, os costumes, a honra ou a política de poder. A sociedade do século XIX organizou-se de um modo que fazia com que apenas a fome e o lucro fossem motivações eficazes para o indivíduo participar da vida econômica. A imagem resultante, do homem regido só por incentivos materialistas, era inteiramente arbitrária.

No tocante à *sociedade*, propôs-se a doutrina análoga de que suas instituições eram “determinadas” pelo sistema econômico. O mecanismo de mercado criou a ilusão de que o determinismo econômico é uma lei geral de toda sociedade humana. É claro que essa lei é válida numa economia de mercado. Nesse caso, aliás, o funcionamento do sistema econômico não só “influencia” o resto da sociedade, mas efetivamente o determina — tal como, num triângulo, os lados não se limitam a influenciar, mas determinam os ângulos.

Na estratificação das classes, oferta e demanda no mercado de trabalho eram *idênticas* às classes dos trabalhadores e empresários, respectivamente. As classes sociais dos capitalistas, latifundiários, arrendatários, intermediários, comerciantes, profissionais liberais etc. foram delimitadas pelos mercados da terra, da moeda e do capital, com seus usos ou serviços respectivos. A renda dessas classes sociais era fixada pelo mercado; a posição e o prestígio delas, por sua renda.

Enquanto as classes sociais eram diretamente determinadas pelo mecanismo do mercado, outras instituições eram indiretamente afetadas por ele. O Estado e o governo, o casamento e a

criação dos filhos, a organização da ciência e da educação, a religião e as artes, a escolha da profissão, os tipos de habitação, as formas dos aglomerados humanos e a própria estética da vida privada, tudo tinha de se ajustar ao modelo utilitarista, ou, pelo menos, não interferir no funcionamento do mecanismo de mercado. Mas, como pouquíssimas atividades humanas podem ser realizadas no vácuo (até os santos precisam de um pilar), os efeitos indiretos do sistema de mercado acabaram por determinar o conjunto da sociedade. Tornou-se quase impossível evitar a conclusão errônea de que, tal como o “homem econômico” era o homem “real”, o sistema econômico era a sociedade “real”.

Racionalismo econômico

À primeira vista, a visão de mundo [*Weltanschauung*] economicista, com seus postulados gêmeos do racionalismo e do atomismo, parecia conter tudo o que era necessário para lançar as bases de uma sociedade de mercado. O termo operacional era *racionalismo*. Que outra coisa poderia ser tal sociedade senão um aglomerado de átomos humanos, comportando-se de acordo com as regras de um tipo definido de racionalidade? A ação racional, em si, consiste na relação de meios e fins; a racionalidade econômica, em particular, pressupõe que os meios sejam escassos. Mas a sociedade humana envolve muito mais do que isso. Qual seria a finalidade do homem e de que modo ele escolheria seus meios? O racionalismo econômico não tem resposta a essas perguntas, pois elas implicam motivações e valorações de ordem moral e prática que vão além da exortação logicamente irresistível — mas vazia, noutros aspectos — de um ser “econômico”. O vazio foi camuflado por uma fraseologia filosófica ambígua.

Para manter a unidade aparente, foram introduzidos dois outros significados para a palavra *racional*. Quanto aos fins, postulou-se como racional uma escala utilitarista de valores; quanto aos meios, usou-se uma escala, supostamente científica, de renda. A primeira escala fez da racionalidade a antítese da estética, da

ética e da filosofia; a segunda se apresentou como uma antítese da magia, da superstição ou da simples ignorância. No primeiro caso, é racional preferir pão com manteiga a ideais heroicos; no segundo, parece racional que um doente consulte o médico em vez de buscar um vidente. Nenhum desses dois sentidos de *racional* é relevante para o princípio do racionalismo, embora, em si, um possa ser mais válido que o outro. O utilitarismo rígido, com seu equilíbrio pseudofilosófico entre dor e prazer, perdeu influência na mente das pessoas instruídas, mas a escala científica de valores permanece suprema dentro de seus limites. Assim, o utilitarismo, que ainda é o ópio das massas mercantilizadas, foi destronado como ética, enquanto o método científico ainda se sustenta.

No entanto, quando se usa *racional* não como um termo elogioso de louvor, mas no sentido estrito de pertinente à razão, validar a comprovação científica dos meios como algo racional não é menos arbitrário do que tentar justificar os fins utilitaristas. Em resumo: a variante econômica do racionalismo introduz o elemento escassez em todas as relações meios-fins; além disso, postula como racionais, no tocante aos próprios meios e fins, duas escalas de valores diferentes, que se adaptam peculiarmente às situações de mercado, mas, afora isso, não têm um alcance universal que lhes permita se considerar racionais. Afirma-se, assim, que as escolhas dos fins e dos meios estão sob a autoridade suprema da racionalidade. O racionalismo econômico parece lograr ambas as coisas: a limitação sistemática da razão às situações de escassez e a extensão disso a todos os meios e fins humanos, validando uma cultura economicista que tem a aparência de uma lógica irresistível.

A filosofia social erigida sobre esses alicerces foi tão radical quanto fantasiosa. Em certo sentido, atomizar a sociedade e fazer de cada indivíduo um átomo que se comporta de acordo com os princípios do racionalismo econômico situa toda a vida humana, com toda a sua profundidade e sua riqueza, no quadro de referência do mercado. É claro que isso não pode ser alcançado — os indivíduos têm personalidade, e a sociedade tem história. A per-

sonalidade viceja na experiência e na educação; a ação implica paixão e risco; a vida exige fé e convicção; a história é luta e derrota, vitória e redenção. Para preencher essa lacuna, o racionalismo econômico introduziu a harmonia e o conflito como as modalidades de relações entre indivíduos. Os conflitos e as alianças desses átomos egoístas, que formaram nações e classes, passaram então a responder pela história social e universal.

Nenhum autor isolado jamais propôs a doutrina completa. Bentham ainda confiava no governo e não se sentia seguro com a economia; Spencer amaldiçoava o Estado e o governo, mas também conhecia pouco de economia; a von Mises, um economista, faltava o saber enciclopédico dos outros dois. Não obstante, esses homens criaram um mito que foi o devaneio da massa educada durante a Paz de Cem Anos, de 1815 até a Primeira Guerra Mundial, e mesmo depois dela, até a guerra de Hitler. No plano intelectual, esse mito representou o triunfo do racionalismo econômico e, inevitavelmente, o eclipse do pensamento político.

O racionalismo econômico do século XIX foi o descendente direto do racionalismo político do século XVIII. Foi tão irrealista quanto o seu predecessor, se não mais. Ambos permaneceram alheios aos fatos da história e à natureza das instituições políticas. Os utopistas políticos ignoravam a economia, enquanto os utopistas do mercado não tomavam conhecimento da política. No cômputo geral, se os pensadores do Iluminismo foram notoriamente desatentos a algumas realidades econômicas, seus sucessores do século XIX foram totalmente cegos para a esfera do Estado, da nação e do poder, a ponto de duvidar de sua existência.

O solipsismo econômico

Esse solipsismo econômico, como bem poderíamos chamá-lo, foi uma saliente característica da mentalidade de mercado. A ação econômica foi tida como “natural” nos homens e, por conseguinte, autoexplicativa. Os homens fariam permutas, a menos que fossem contidos, e com isso os mercados surgiriam, a menos que se

fizesse algo para impedi-lo. O comércio começaria a fluir, como que induzido pela força da gravidade, e criaria fontes de bens, organizadas em mercados, a menos que os governos conspirassem para deter os fluxos e drenar os recursos. Com a aceleração do escambo, surgiria o dinheiro. Tudo seria arrastado para o redemoinho das trocas, a menos que moralistas arcaicos iniciassem uma grita contra o lucro, ou que déspotas não esclarecidos dilapidassem a moeda.

Esse eclipse do pensamento político foi a deficiência intelectual da época. Originou-se na esfera econômica, mas acabou destruindo qualquer abordagem objetiva da própria economia se ela estivesse inserida em outro contexto institucional que não o mecanismo de oferta-procura-preço. Os economistas sentiram-se tão seguros nos confins desse sistema de mercado, puramente teórico, que só a contragosto reconheceram nas nações algo mais que um pequeno inconveniente. Considerou-se que um autor político inglês da década de 1910 tinha encerrado a discussão sobre a necessidade das guerras ao demonstrar que, como negócio, a guerra não compensava; e em Genebra, até sua última hora de vida, a Liga das Nações permaneceu cega para as realidades políticas que transformaram o padrão-ouro em um anacronismo. A desconsideração da política difundiu-se das ilusões com o livre comércio de Cobden e Bright até a sociologia spenceriana, com sua oposição entre “sistemas industriais *versus* sistemas militares”, então muito em voga. Na década de 1930, entre as pessoas instruídas, quase nada restava da cultura política de David Hume ou de Adam Smith.

O eclipse da política surtiu um efeito sumamente perturbador nos aspectos morais da filosofia da história. A economia caiu no vazio. Instaurou-se uma postura hipercrítica a respeito da justificação moral dos atos políticos. Isso resultou numa depreciação radical de todas as forças, exceto a econômica, no campo da historiografia. A psicologia mercantil, que só considera reais as motivações “materiais”, relegando as motivações “ideais” ao limbo da ineficácia, estendeu-se não só às sociedades que não eram de mer-

cado, mas também a toda a história progressa. Quase toda a história antiga passou a ser vista como um amontoado de consignas sobre justiça e direito, alardeado por faraós e monarcas divinos, com o único intuito de enganar súditos desamparados que se curvavam sob o açoite. Era uma atitude contraditória. Por que se haveria de adular uma população de escravos? Se tal adulação era necessária, será que poderia ser feita com promessas que nada significavam para os adulados? Se as promessas tinha algum significado, a justiça e o direito deviam ser mais do que meras palavras. O aparato crítico de um público hipercrítico deixou escapar que uma verdadeira população de escravos não precisava ser bajulada, e que a justiça e a liberdade deviam ser reconhecidas por todos como ideais válidos, para que pudessem ser usadas como isca pela minoria. Sob a influência da moderna democracia de massas, as consignas tornaram-se uma espécie de força política organizadora, algo que nunca poderiam ter sido no Egito ou Babilônia antigos. Por outro lado, a justiça e o direito, que se encarnavam na estrutura institucional das sociedades mais antigas, perderam força quando a sociedade se organizou de maneira mercantil. Os bens, a riqueza e a renda de um homem, assim como o preço de seus produtos, passaram a ser considerados “justos” somente quando nasciam no mercado; quanto ao direito, nenhuma lei tinha importância, na verdade, exceto as referentes à propriedade e aos contratos. Deixaram de ter substância as diversas instituições antigas de propriedade e as leis substantivas que responderam pela constituição da pólis ideal.

O solipsismo econômico gerou um conceito insubstancial de justiça, direito e liberdade, em nome do qual a historiografia moderna recusou qualquer mérito aos incontáveis textos antigos em que se declarava que a finalidade do Estado era estabelecer a honradez, insistir na lei e manter uma economia central sem opressão burocrática.

A verdadeira situação é tão diferente daquela que a mentalidade de mercado aponta, que não é fácil expô-la em termos sim-

ples. Na verdade, a justiça, a lei e a liberdade, como valores institucionalizados, surgiram pela primeira vez na esfera econômica como resultado da ação estatal. Nas condições tribais, a solidariedade era protegida pelos costumes e as tradições; a vida econômica estava inserida na organização social e política da sociedade; não havia lugar para transações econômicas; os atos ocasionais de troca eram desestimulados como um perigo para a solidariedade tribal. Ao despontar a dominação territorial, o rei-deus substituiu o centro da vida comunitária, ameaçada com o enfraquecimento do clã. Ao mesmo tempo, um enorme avanço econômico tornou-se possível, e foi efetivamente obtido, com a ajuda do Estado: o rei-deus, fonte de justiça, legalizou as transações econômicas, antes proibidas como gananciosas e antissociais. Essa justiça foi institucionalizada mediante equivalências, proclamada em leis e praticada, em dezenas de milhares de casos, pelos órgãos do palácio e do templo que cuidavam do aparelho tributário e redistributivo do Estado territorial. Normas legais se institucionalizaram na vida econômica, com administrações que regulavam o comportamento dos membros das guildas em suas transações comerciais. A liberdade lhes chegava por meio da lei; não havia senhor a quem devessem obediência. Desde que cumprissem seu juramento ao rei-deus e se mantivessem fiéis à guilda, eram livres para agir de acordo com seus interesses comerciais, sendo responsáveis por suas ações. Cada um desses passos para introduzir o homem no âmbito da justiça, do direito e da liberdade resultou, originalmente, da ação organizadora do Estado no campo econômico. Mas o solipsismo econômico barrou o reconhecimento do papel pioneiro do Estado. Assim, a mentalidade de mercado veio a predominar. A absorção da economia pelos conceitos de mercado foi tão completa, que nenhuma das disciplinas sociais pôde escapar de seus efeitos. Imperceptivelmente, elas foram transformadas em redutos de modos de pensamento economicistas.